

Na prática da Ofensiva pela Legalidade...

“Libertámos muitas pessoas”

• Inspector de Estado,
Raimundo Pachinuapa à TEMPO.

- O que é a Inspeção de Estado
- Inúmeras cartas chegam à Presidência
- «Todas as cartas têm uma resposta»
- Depois do discurso, muitas pessoas libertadas
- Amplo trabalho de julgamentos dos processos
- Nos campos de reeducação
- Maior consciência e responsabilidade populares

Entrevista conduzida por: Sol Carvalho
Fotos: Danilo Guimarães e Arquivo



As actividades da Inspeção de Estado, antes e depois do discurso presidencial sobre a Legalidade — Eis o tema central da entrevista que a seguir publicamos com o Inspector de Estado, Major-General Raimundo Pachinuapa.

Ela surge no quadro de uma série de entrevistas que a revista «TEMPO» tem vindo a publicar no sentido de divulgar o que levou ao discurso presidencial e os resultados que foram alcançados depois deste.

A Inspeção de Estado, desempenhou um papel particularmente importante neste contexto, ao receber, analisar e canalizar quando não resolver

directamente, os inúmeros problemas que os cidadãos levantavam em cartas endereçadas à Presidência da República.

Nesta entrevista, Raimundo Pachinuapa explica também como, em concreto se desenvolve a actividade da Inspeção de Estado que tem a constante preocupação de que «nenhuma carta enviada a Sua Excelência o Presidente da República fique sem resposta», o que reflecte uma constante atenção aos problemas concretos do povo.

Sobre a legalidade, questão tão importante nesta fase da revolução, aqui fica mais um depoimento. Que outros se possam seguir.

TEMPO — Sr. Inspector: O tema da nossa entrevista é a Ofensiva pela Legalidade. Mas, talvez fosse necessário começarmos por uma explicação sobre o que é exactamente a Inspeção de Estado do ponto de vista concreto...

R. Pachinuapa — A Inspeção de Estado foi criada pelo decreto Presidencial 1/79.

Ela tem por função cumprir orientações de Sua Excelência o Presidente da República para os órgãos locais do nosso Estado. Quer dizer, desde a Independência que se sentiu a necessidade de se acompanhar a direcção do Estado ao nível local, isto é, desde a Província até ao distrito: Faltava um órgão que pudesse comunicar a Sua Excelência o Presidente da República, quais são os problemas locais que existem.

Como sabe, os responsáveis provinciais e distritais (isto é, o governador e o administrador) são representantes do Presidente da República e por ele nomeados. Ora, nesses locais todos, Sua Excelência o Presidente da República, tem de acompanhar as actividades de governação, o que é que se passa ou o que é que não se passa. Daí surgiu a necessidade de se criar um órgão de Inspectores de Estado.

Portanto, a sua função fundamental é receber, junto do Presidente da República, tarefas concretas para serem cumpridas no local. Tal é feito de acordo com orientações e em conformidade com a situação concreta. Se há uma situação a resolver, o Presidente da República delega a sua resolução num Inspector de Estado que, como se sabe, tem o estatuto de um governador provincial. Ele desloca-se à província, contacta com o governador, vai junto com ele até ao local e estuda a situação na própria zona e, como tem poderes, em nome do Presidente da República resolve a situação junto com o Governador. No caso de a questão ser complicada, ele leva o problema ao Presidente da República que fica a par da situação e, portanto, em melhores condições de dar orientações para a sua resolução.

Desde 1979 a Inspeção de Estado desenvolveu-se e a Presidência da República tem já um corpo que lhe permite acompanhar a situação em cada local do nosso País.

LARGO ÂMBITO DE ACTIVIDADE

«T» — Mas, a Inspeção de Estado trabalha só a partir de problemas que são levantados ou o âmbito da sua actividade é mais geral?

R.P. — A nossa prática de trabalho, as orientações que recebemos, foram além das tarefas que eram definidas no quadro do decreto.

Por isso está-se a estudar a situação para ver se podemos definir de novo as funções da Inspeção de Estado, em conformidade de com a experiência de 3 anos.

Quer dizer, nós devemos actuar em todos os lugares do Aparelho de Estado e não só quando chegam denúncias. Por todo o lado, devemos ver como é que estão a ser aplicadas as directivas do



«Nós devemos actuar em todos os lugares do Aparelho de Estado e não só quando chegam denúncias» — Inspector de Estado, Major-General, Raimundo Pachinuapa

Governo. Por exemplo, numa fábrica porque é que se parou ou não se cumpriu uma determinada meta? E devemos receber uma explicação razoável pois caso contrário teremos de intervir.

RESPONDEMOS A TODAS AS CARTAS

«T» — Quer dizer que a actividade da Inspeção de Estado está também ligada a muitas cartas que são recebidas na Presidência da República...

R.P. — Sim, há cartas que o nosso povo envia para o Presidente da República pois tem a confiança de que ele resolve os problemas. Do Rovuma ao Maputo tem recebido muitas cartas, cartas em que os que escrevem confiam na pessoa do Sr. Presidente da República para poder resolver os seus problemas, e resolve.

Antes da criação da Inspeção de Estado, as cartas eram vistas pelo Gabinete da Presidência mas como o Gabinete tinha muitas actividades a desenvolver, demorava-se algum tempo. Mas todas as questões eram resolvidas. Agora, nós é que temos recebido as cartas e com orientações de Sua Excelência o Presidente, damos-lhe destino.

A Inspeção de Estado recebe as cartas, ana-

lisa-as e muitas vezes faz saber, às pessoas, que as recebeu ou que está sensível à solução dos seus problemas. Entretanto, são sempre apresentadas superiormente para a tomada duma decisão. As vezes são coisas pequenas referentes aos ministérios ou a algumas pessoas e então entregamos aos próprios ministérios para resolver o problema porque eles também são representantes do Presidente da República. Então, os Ministros resolvem em nome do Presidente e dão a conhecer ao seu Gabinete qual a decisão tomada.

Isto ao nível de Maputo. Ao nível das províncias, muitas vezes entregamos o assunto aos Governadores provinciais mas quando é uma situação complicada, deslocamo-nos nós próprios à província para fazer compreender bem a situação. Levamos a carta e, para além de outros problemas que vamos tratar lá, discutimos também o problema que os moçambicanos apresentam ao seu dirigente máximo.

Para estarmos seguros de que todas as cartas têm uma resposta, nós pedimos que nos seja dada sempre uma informação sobre a decisão que foi tomada. Nós queremos que as coisas sejam resolvidas e se não o são vamos lá saber o que é que há, para estarmos seguros que tudo o que passa pelas mãos do Presidente da República tem uma resolução. Mesmo se é uma coisa que é impossível devemos informar a pessoa que é impossível. Se é possível, então resolvemos com o cidadão quer, ou tomamos uma decisão que achamos correcta, e o cidadão fica satisfeito.

A INSPECÇÃO DE ESTADO E A LEGALIDADE

«T» — No quadro de todo esse trabalho da Inspeção de Estado foram desenvolvidas muitas tarefas relacionadas com a Ofensiva pela legalidade...

R.P. — Como é que aparece o problema da legalidade? Aparece precisamente por causa das cartas.



«O povo sabia que tinha direitos no nosso País mas que havia pessoas que não respeitavam esses direitos que cada cidadão tem»
— Pachinuapa, ao referir-se à Ofensiva pela Legalidade

O nosso povo todo, mas principalmente as pessoas que foram presas, maltratadas, humilhadas viram que isso era uma coisa ilegal. O povo sabia que tinham direitos no nosso País mas que havia pessoas que não respeitavam esses direitos que cada cidadão tem. Então aqueles que eram humilhados escreviam para Sua Excelência o Presidente da República. Algumas pessoas eram espancadas, presas, mandadas para os campos de reeducação sem culpa justificável, outras para a cadeia etc. Recebíamos essas cartas e Sua Excelência o Presidente começou a analisar a situação. Fomos ver que muitas das coisas que as cartas diziam eram reais. Vimos que havia irregularidades em todo o nosso País praticadas por alguns elementos das nossas estruturas.

Com base nisso, foi convocada a reunião para se explicar ao País o que é que se passava. Havia alguns elementos que não queriam aplicar a orientação relativa a quem é que pode prender na



«O povo sentiu que Sua Excelência o Presidente da República falou dos problemas do povo»

RPM. Alguns elementos do Ministério da Defesa, do Interior e da Segurança não estavam a cumprir com estas orientações. Eram infiltrados no nosso Estado.

Isso para a Frelimo não era uma coisa nova. Mesmo durante a luta tinha havido problemas com elementos infiltrados que maltratavam o povo. Mas o povo soube distinguir o erro de uma pessoa das orientações da estrutura.

Agora a situação era grave. Algumas pessoas identificavam essas acções com as do Governo em vez de as ver como resultado do comportamento de pessoas.

Assim, na reunião de Novembro, Sua Excelência o Presidente da República explicou a situação e apresentou os Ministros responsáveis para poderem acabar com ela lançando uma ofensiva para neutralizar os infiltrados.

Depois nós fomos mandatados para pegar em todo aquele grupo de exposições e estudar docu-

mento por documento. Fomos à Cadeia Civil em Maputo e encontramos pessoas que tinham sido presas durante um ou dois anos, sem serem julgadas e sem se saber quem os prendera. Formou-se uma comissão e essa comissão trabalhou muito. Libertámos aquelas pessoas que não sabíamos quem, quando e como iam ser julgadas e tivemos de lhes explicar a situação e pedir desculpas. Para aquelas pessoas que tinham cometido infracções e que tinham processos mas que estavam lá há muitos anos, tivemos que trabalhar com o Ministério da Justiça para poder dar andamento aos processos e julgar.

Fizemos esse trabalho ao nível de Maputo e enviámos brigadas para o resto do País para fazerem o mesmo trabalho em todas as cadeias.

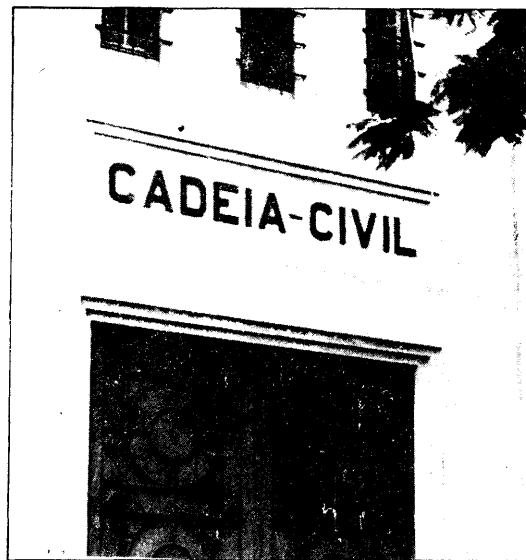
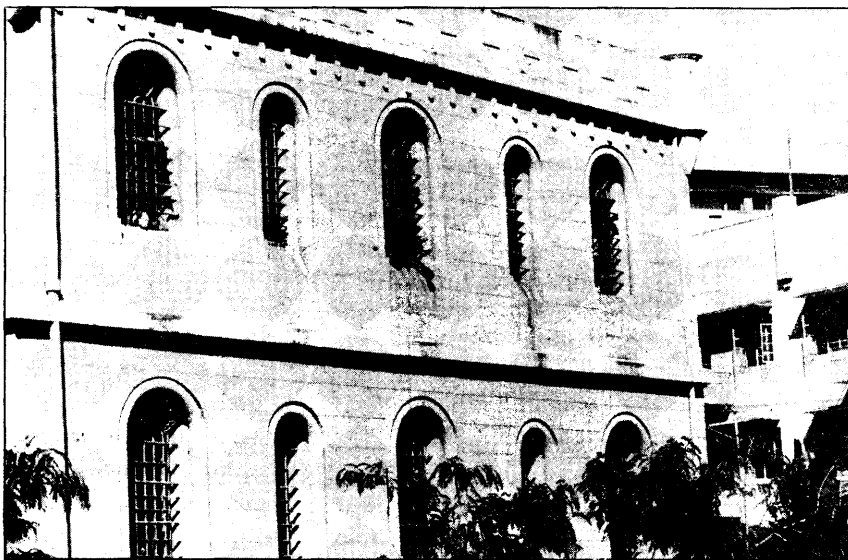
Conseguimos ver quais foram as pessoas que tinham sido detidas ilegalmente. Em todo o País encontramos esse tipo de pessoas e libertámo-las. Ao mesmo tempo, os que deviam ser condenados foram-no de acordo com a lei.

Podemos dizer que assim, alcançámos o nosso objectivo que era o de fazer compreender que na RPM todos temos direitos e que aquilo que acontecia era o comportamento de certas pessoas. Penso que já eliminámos no seio da população essa confusão e esta já sabe distinguir a acção individual da acção da estrutura, aquilo que é o comportamento errado de certos elementos e aquilo que são os nossos princípios revolucionários ganhos durante a Luta de Libertação Nacional.

Foi um trabalho longo e difícil. Envolveu-nos não só a nós como comissão mas muitas outras pessoas que precisávamos de ouvir para apurar a verdade.

Esse foi o trabalho que fizemos nos termos da Ofensiva. Mas continuamos a fazê-lo porque a Ofensiva é permanente.

«T» — Sr. Inspector: Em função do quadro das actividades que foram desenvolvidas em rela-



«Fomos às cadelas e libertámos muitas pessoas. Encontrámos pessoas que tinham sido presas durante um ou dois anos sem serem julgadas e sem se saber quem as prendeu» — Inspector de Estado

ção à Ofensiva podemos dizer que houve um aumento de confiança da população?

R.P. — Sim, neste momento podemos dizer que quando o Presidente falou ao público o povo sentiu que se falou dos seus próprios problemas, das suas próprias preocupações e soube que as suas preocupações são analisadas pelo Governo.

Talvez algumas pessoas naquela altura não soubessem aonde é que deveriam apresentar os seus problemas mas depois daquela reunião passou a haver uma participação massiva da população denunciando certas irregularidades, o que ajudou bastante na solução de muitos problemas.

Um exemplo: No princípio, nos primeiros anos da Independência quando havia algumas denúncias, as cartas eram anónimas. As cartas agora trazem a identificação e mesmo o telefone o que ajuda o contacto (no tempo colonial tinha-se medo da repressão) Isto mostra que há consciência elevada, que as pessoas têm noção da responsabilidade, que sabem aquilo que estão a fazer.

São coisas reais, problemas que devem ser resolvidos para a tranquilidade de todos, para que não haja abusos de poder, para que cada moçambicano sinta a liberdade como um valor que foi conquistado por muitos moçambicanos que fizeram de Moçambique e do seu Povo aquilo que somos. A participação popular nesta Ofensiva mostrou, uma vez mais, a boa vontade e dedicação dum Povo que quer esmagar a reacção. É uma prova concreta e palpável.

«T» — Existem dificuldades ao nível da Justiça para que esta possa cumprir com a quantidade de processos que ela tem?

R.P. — Isso é realmente um problema. Nós



**Raimundo Pachinuapa
conversa com
os ex-reeducandos
do Centro de Reeducação
de Chalmité.
Por várias vezes,
a Inspeção de Estado
esteve nos centros
de reeducação**

não temos a quantidade de pessoas necessárias para darem andamento rápido aos processos.

Mas de qualquer maneira, o Ministério da Justiça usou da flexibilidade que sempre é necessária numa revolução. Nós fomos encontrar muitos processos que estavam pendentes, as pessoas não eram julgadas. O que é que fez o Ministério da Justiça?

Mandou vir uma série de juizes das províncias para Maputo e durante duas semanas deu-se vazão a muitos processos que estavam parados há anos.

O mesmo problema deu-se ao nível das províncias. Mas de qualquer maneira os processos ainda demoram embora não seja como antes. Há uma grande preocupação e dedicação dos nossos juizes embora sejam poucos. Os tribunais populares resolvem também muitos casos.

«T» — **Uma questão, ainda relacionada com este ponto: Há uma ligação com os Gabinetes de Controlo e Disciplina?**

R.P. — Os Gabinetes de Controlo e Disciplina estavam a ser pouco dinâmicos e isso era uma preocupação. Às vezes, as denúncias envolvem responsáveis e eles tinham medo de actuar.

Por isso, há agora a orientação de dinamizar os Gabinetes de Controlo e Disciplina, verificar o andamento dos trabalhos, ver se os problemas estão a ser analisados e resolvidos. Nota-se agora um bom avanço. Muitos cidadãos escrevem ou contactam estes gabinetes.

«T» — **Em relação a essa questão da Ofensiva, houve outro sector que esteve muito ligado a esse trabalho que foram os campos de reeducação...**

R.P. — Sim, como já disse, a Inspeção de Estado é um instrumento da Presidência da Re-

pública. Tínhamos sido mandatados para irmos aos Campos de Reeducação para sabermos em que tipo de problemas estavam envolvidas essas pessoas. Assim, nós fomos lá várias vezes falar com os elementos que estavam nos campos de reeducação, discutimos com eles para sabermos o que é que havia, se eles compreendiam porque é que estavam lá (a maioria das pessoas que estavam nos campos de reeducação tinham a sua razão para lá estar e se alguns deles viveram é por causa da tradição de clemência da Frelimo).

Os campos de reeducação são uma experiência que já vinha da luta de libertação nacional. Fizemo-la em Nachingwea e noutros lugares. Se no campo de reeducação houver um trabalho político em primeiro lugar e depois um trabalho manual, as pessoas ficam mais livres mais esclarecidas e lúcidas. Pudemos ver que, todas as pessoas que passavam por lá adquiriam mais visão em termos políticos do que antes e tinham um melhor engajamento.

Nós fomos muitas vezes para Niassa e Cabo Delgado e informámos a Sua Excelência da situação geral da consciência política e das razões que tinham levado cada um a estar no campo de reeducação. Com base nesse trabalho informativo, a decisão foi a de partir para essas províncias e dar destino a cada um em conformidade com o seu comportamento. Em Niassa, vimos os marginais, os antigos combatentes que desertaram, os elementos da PIDE (aqueles que noutras revoluções seriam provavelmente fuzilados mas que não é essa a tradição da Frelimo que acha que todos podem ser válidos). Prossequimos esse trabalho até ao fim e agora é ao Ministério do Interior que compete a realização do trabalho de integração de todos eles numa nova vida para melhor contribuirem para a grande tarefa da Reconstrução Nacional. □